



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

Autos 0038294-02.2009.8.12.0001

Autor: Regina Célia dos Santos

Réu(s) Motel Ipacaray Ltda

Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por **Regina Célia dos Santos** contra **Motel Ipacaray Ltda**, ambos devidamente qualificados, via da qual a requerente alegou que em 29/7/08 hospedou-se no estabelecimento do requerido com sua namorada e que, em certo momento, o quarto foi invadido por uma terceira pessoa (ex-namorada) da companheira da requerente, que estava muito nervosa xingando e fazendo ameaças à sua pessoa. Referida pessoa adentrou no quarto através da pequena janela utilizada para fazer os acertos dos valores.

Aduziu que o quarto foi invadido por total falta de segurança no estabelecimento da requerida e que tal fato lhe causou muitos dissabores e constrangimentos, pois ganhou repercussão, causando-lhe vexame e ofendendo sua honra.

Asseverou que a falha na segurança caracteriza conduta ilícita e omissiva do estabelecimento, configurando assim responsabilidade objetiva. Aduziu ainda que falta de contratação de pessoa capacitada para exercer a função de segurança no motel, possibilitou o corrido e isso, caracteriza também *culpa in iligendo*, passível de indenização.

Assim, buscou a tutela jurisidicional para que o requerido seja condenado a indenizá-la pelos danos sofridos, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Protestou pela produção de provas e juntou documentos às f. 8-14.

Requeru os benefícios da gratuidade da justiça.

Citado, o requerido apresentou resposta às f. 24-38, aduzindo preliminarmente, a *ilegitimidade passiva ad causam*, sob argumento de que não ter dado causa ao suposto dano sofrido, mas sim, a pessoa de Arlete, que foi a pessoa que realmente a ofendeu.

No mérito, aduziu que não incorreu em violação de direito material ou moral para ser obrigado a reparar eventuais danos.

Asseverou que em seu estabelecimento existe segurança suficiente para garantir aos clientes toda tranquilidade possível. Possuiu vigilância 24 horas por dia, alarme, cerca elétrica, vigia e portões que impedem a entrada de qualquer pessoa que não seja clientes. O que não existe no motel e em motel nenhum do mundo é um segurança em cada apartamento, porque ai sim, tiraria a privacidade dos clientes.

Aduziu que a pessoa que invadiu o quarto da requerente hospedou-se como cliente e agiu de maneira rápida e silenciosa, logo após a recepcionista abaixar o portão da garagem do apartamento que havia locado. Assim, se não deu causa ao infortúnio, não há que se falar no dever de indenizar.

Pleiteou por fim, o julgamento improcedente do pedido inicial, protestou pela produção de provas e juntou documentos de f. 40-88.

A requerente impugnou a contestação às f. 89-2, refutando todos os argumentos lançados na defesa do requerido e ratificou os termos da inicial.

Designou-se audiência de tentativa de conciliação e oportunizou-se às partes especificarem provas (f.93).

Na audiência de tentativa de conciliação, esta não resultou proveitosa e deferiu-se a realização de prova pericial (constatação quanto ao diâmetro da porta da lancheira)



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

e oral.

Realizada a constatação à f. 105, as partes foram intimadas a manifestarem-se. O requerido impugnou tal constatação, aduzindo não ter sido conclusiva (f.108-9). A requerente manteve-se inerte (f. 110).

Realizada audiência de instrução e julgamento, colheram-se o depoimento pessoal da requerente e os depoimentos de duas testemunhas por ela arroladas (f.121-8).

Homologou-se a desistência quanto à testemunha Arlete Ferreira da Silva (f.205). As partes apresentaram alegações finais por meio de memoriais.

É o relatório.

Decide-se.

Trata-se de ação de indenização por danos morais na qual a requerente narrou que, durante sua hospedagem no motel requerido com a atual companheira, a ex-namorada desta invadiu o quarto lhe ameaçando e lhe agredindo com palavras obscenas, o que lhe causou danos emocionais, motivo pelo qual ajuizou a presente ação contra a requerida por ter sido negligente e não ter impedido a entrada de terceiros no quarto.

Da preliminar de ilegitimidade passiva

Ao contestar a ação a requerida arguiu preliminar de *ilegitimidade passiva ad causam*, entendendo que a pessoa de Arlete Ferreira da Silva, ex-namorada da requerente, é quem deveria responder por eventual dano suportado por ela, uma vez que foi quem lhe ameaçou e lhe causou constrangimentos, conforme informado na inicial.

Ocorre que se discute nos autos se a requerida foi negligente ou conivente com os fatos ocorridos e se houve falha na segurança do estabelecimento.

Sendo assim, a requerida é parte legítima para figurar no polo passivo da ação, razão pela qual rejeita-se a preliminar.

Do mérito

Os pontos controvertidos nestes autos versam sobre a culpa da requerida, bem como a possibilidade da terceira entrar pela abertura (lancheira) do quarto onde estava a requerente.

Cumprе ressaltar inicialmente que já houve a instauração de processo crime para apuração de ameaça e perturbação da tranquilidade, com base nos mesmos fatos, sendo o mesmo foi arquivado por falta de provas ou indícios mínimos de materialidade delitiva e autoria (f. 200).

Entretanto, sabe-se que a apuração da responsabilidade civil independe da criminal, conforme preconiza o art. 935 do CC. Este dispositivo dispõe que a responsabilidade civil e a criminal são totalmente independentes até que o fato ou a autoria do ilícito sejam decididos no juízo criminal, o que não ocorreu no caso em tela.

Do conjunto probatório que compõe os autos é possível concluir que, de fato, a requerente entrou no motel na data de 29/07/08 na companhia da pessoa de Cláudia, e elas alugaram o apartamento de nº 26.

Logo depois a pessoa de Arlete, ex-companheira de Cláudia, com quem tinha



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

um relacionamento conturbado há anos e que não aceitava o término do relacionamento (termo de depoimento de f. 05), adentrou ao motel sozinha e alugou o apartamento de nº 16.

"(...) no dia dos fatos a depoente locou o apartamento 26 para a autora, tendo a autora estacionado seu veículo no estacionamento do motel. Cerca de 20 minutos após, chegou uma outra pessoa tendo a autora autorizado sua entrada no apartamento, e ela estacionado na garagem do apartamento. A depoente baixou o portão do apartamento e voltou à recepção. Cerca de cinco minutos depois, chegou um terceira pessoa pedindo para locar um apartamento, tendo a depoente locado à ela o apartamento de nº 16. Tal terceira pessoa estacionou na vaga do apartamento 16 e a depoente baixou o portão de novo." (sra. Alcenira, recepcionista do motel)

É certo que a sra. Arlete saiu de seu apartamento e foi até o apartamento em que estava a requerente, sem qualquer impedimento por parte da requerida, pois no motel só existe guarda na parte de fora. A requerente foi surpreendida com alguém batendo na porta (sra. Arlete), e diante da situação ligou para a recepção do motel, sendo que a gerente sra. Cibele se dirigiu ao local, mas logo que chegou a sra. Arlete foi embora.

"Pouco depois a caixa disse à depoente que estava ouvindo barulho de discussão e pediu que a depoente verificasse, tendo a depoente ido de imediato verificar (...) Do tempo em que a depoente passou o rádio para a gerente até a gerente chegar, decorreu cerca de 1 (um) minuto, a depoente deixou as duas discutindo e foi para o corredor até a gerente chegar, sendo que quando ela chegar ela foi sozinha até o apartamento e voltou para a recepção." (sra. Alcenira, recepcionista do motel)

"Tudo aconteceu muito rápido, pois a depoente veio correndo assim que a recepcionista a chamou pelo rádio, ou seja, veio em três minutos. Gleice relatou à depoente que no dia dos fatos ligaram do apartamento 26 para a recepção pedindo ajuda e relatando que alguém estava batendo à porta do apartamento. Essa ligação foi praticamente simultânea ao momento em que Gleice ligou para Alcenira e Alcenira chamou a depoente pelo rádio. Não é comum receber ligações de hóspedes relatando que estão batendo na porta, mas quando isso acontece, a depoente vai até o local com um guarda ver o que está ocorrendo, mas como tudo foi rápido, não deu tempo. No dia dos fatos a autora não disse para a depoente que já tinha ligado antes na recepção para reclamar da pessoa batendo na porta (...) O guarda ficou na rua esperando enquanto a autora corria para o motel para verificar o ocorrido. A depoente chegou a ir até o quarto 26 e quando lá chegou não mais ouviu barulho e viu um carro saindo". (sra. Cibeli, gerente do motel)

Contudo, não ficou comprovado nos autos que a sra. Arlete conseguiu entrar no apartamento nº 26 através da "lancheira" do quarto, ônus da requerente (art. 33, I, do CPC). As fotos da lancheira e a constatação feita nela (f. 105-6) ressaltam que, "dependendo da



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

estrutura física da mulhar adulta, ela poderá ou não passar na lancheira", que mede 45cm x 45cm, mas não se sabe ao certo as medidas da sra. Arlete.

Não fosse isto suficiente, os depoimentos das funcionárias da requerida negam qualquer invasão no apartamento da requerente.

(...) A depoente voltou para a guarita e ligou para o apartamento 26 sendo que a hóspede disse à depoente que tinha uma pessoa esmurrando a porta e gritando, mas não mencionou se essa pessoa entrou ou não no apartamento".
(Sra. Cibeli)

No mesmo sentido:

"(...) sendo que a hóspede disse à depoente que tinha uma pessoa esmurrando a porta e gritando, mas não mencionou se essa pessoa entrou ou não no apartamento".

(...) Dada a palavra à parte autora, respondeu: Quando são feitas ligações dos quartos, o telefone toca no caixa. A depoente retifica a informação acima, informando que a moça do caixa recebeu uma ligação da hóspede do 26, pedindo que se verificasse quem estava fora do quarto, perturbando. (Sra. Alcenira)

Quanto ao fato da sra. Arlete estar ou não armada, este fato foi negado pela própria requerente, em seu depoimento pessoal (f. 123-4).

Portanto, apesar dos fatos devidamente comprovados não terem sido tão graves quanto os narrados na inicial, configurou-se a perturbação da requerente por terceiro, em local que deveria ter sua privacidade resguardada.

Restou claramente evidenciado o *error in vigilando* da requerida, que não impediu a requerente de ser constrangida em momento íntimo e, portanto, cabe àquela arcar com as consequências de sua negligência.

Neste sentido, alguns julgados:

CIVIL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ROUBO À MÃO ARMADA EM MOTEL. SUBTRAÇÃO DE AUTOMÓVEL. DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 CDC. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM. CUMPRIMENTO EFETIVO DA FINALIDADE PUNITIVO-COMPENSATÓRIA. VERBA MANTIDA. APELO 1 E 2 DESPROVIDOS. 1. **O hospedeiro deve se munir de todos os equipamentos necessários a garantir segurança dos que utilizam dos seus serviços a fim de evitar a ocorrência de atos ilícitos.** 2. O fato da autora ser surpreendida por meliantes, em número de três em quarto de motel, que se utilizando de armas de fogo, subtraíram o veículo que estava sob sua responsabilidade, tendo que retornar para a sua residência graças a uma carona é altamente traumatizante, que se traduz em grande, medo e insegurança. Assim, imperioso reconhecer o abalo na psique, a frustração e sofrimento além do mero dissabor, ensejadores de reparação civil. 3. O *quantum* indenizatório deve ser mantido porque fixado, levando em consideração as condições econômicas das partes, obedecendo, ainda, ao



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo adequado para reparar a dor anímica da autora. (TJPR; ApCiv 0791559-3; Apucarana; Décima Câmara Cível; Rel. Des. Arquelau Araujo Ribas; DJPR 06/02/2012; Pág. 279)

RESPONSABILIDADE CIVIL. MOTEL. FALHA DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE SEGURANÇA. ROUBO. DANO MORAL. QUANTUM. **O motel responde objetivamente pelo fato danoso, nos termos do art. 14 do CDC. Deficiência na prestação do serviço consistente na ausência de segurança do estabelecimento.** Autores que foram vítimas de roubo nas dependências do Motel, sendo patente o dever de indenizar. As adversidades sofridas pelos demandantes, a aflição e o desequilíbrio em seu bem-estar, fugiram à normalidade e se constituíram em agressão à sua dignidade. Majoração do montante indenizatório considerando o grave equívoco da ré, o aborrecimento e o transtorno sofridos pelos autores, além do caráter punitivo-compensatório da reparação. Indenização fixada em R\$ 5.100,00 para cada autor, consoante os parâmetros utilizados por esta Câmara Cível em situações análogas. JUROS MORATÓRIOS. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso. APELAÇÃO DO RÉU DESPROVIDA. APELO DOS AUTORES PROVIDO. (TJRS; AC 70035826932; Porto Alegre; Décima Câmara Cível; Rel. Des. Túlio de Oliveira Martins; Julg. 24/06/2010; DJERS 28/07/2010)

Conforme resulta da doutrina de José Aguiar Dias, “o conceito de dano é único, e corresponde a lesão de direito”¹. Os efeitos do ato ilícito praticado é que podem ser patrimoniais ou não, acarretando a divisão entre danos patrimoniais e **morais**.

Estes últimos abrangem todo sofrimento ou dor humana que não se revistam de um caráter de perda pecuniária, mas nascem de “*todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor-próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc*”.²

A requerente foi incomodada em um lugar que se espera privacidade e tranquilidade, se sentindo vulnerável diante da presença de terceiro, ainda que do lado de fora de seu apartamento, pois esta causou uma discussão no local, sendo claro que o constrangimento existiu, com prejuízos de ordem moral.

No tocante ao *quantum*, a indenização deve ser fixada em valor que sirva de punição ao infrator e, embora não seja o *pretium doloris*, possa outorgar à vítima uma satisfação qualquer, mesmo que de cunho material.

De outra sorte, esse valor não pode ser tão baixo que seja irrelevante para o condenado e nem alto a ponto de ocasionar o enriquecimento sem causa do beneficiário.

No caso decidendo, levando-se em conta ser a requerente beneficiária da

¹ Obra citada, pág. 737.

² Caio Mário da Silva Pereira, obra citada, pág. 61.



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Campo Grande
2ª Vara Cível

justiça gratuita e, especialmente, as peculiaridades deste caso, fixa-se em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) o valor da indenização.

Dispositivo

Pelo exposto, **julga-se procedente o pedido** para o fim condenar a parte requerida a pagar à requerente, como indenização por danos morais, a quantia de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), corrigida pelo IGPM-FGV a partir da presente sentença e com juros de mora, em 1% ao mês, a partir da citação.

Condena-se a parte requerida, ainda, ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, que fixa-se em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, atendendo aos critérios do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, declara-se extinto o processo, na forma do art. 269, inciso I, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Campo Grande, 07 de Janeiro de 2014.

Marcelo Câmara Rasslan